

Epistemologia: a relevância do realismo e do empirismo

Epistemología: la relevancia del realismo y el empirismo

Epistemology: the relevance of realism and empiricism

Epistemología: pe relevancia oguerekóva realismo ha empirismo reheguia

Eline Valeria Oliveira Gomes y Ana Paula Nascimento De Sousa Teixeira

Universidad Tecnológica Intercontinental

Nota del autor

Mestranda em Ciências da Educação Universidade Tecnológica Intercontinental -UTIC.

E-mail: elinevaleria@hotmail.com

Resumo

A grande saber, a Epistemologia é a “teoria do conhecimento”. Portanto, contribui diretamente com a edificação do conhecimento. É extremamente importante entender o que é Epistemologia, antes mesmo de buscar qualquer tipo de conhecimento. Saber ainda, sobre a relevância da Filosofia, como área do saber também é importante, pois ela nos direciona para vários campos do conhecimento e sua edificação. Como uma vertente da Epistemologia, as correntes filosóficas servem de base para a construção dos conhecimentos, que vem se aprimorando e evoluindo ao longo da História. Dentre elas pode-se destacar o Realismo e o Empirismo. O Objetivo desse artigo é entender a relevância das citadas correntes para a construção do conhecimento. Para a elaboração deste, utilizou-se como marco metodológico a pesquisa bibliográfica qualitativa de maneira descritiva. No que se refere à coleta de informações foi implementada a partir de análises de conceitos e ideias de emblemáticos teóricos como Tesser (1995), Chauí (2000), Almeida (2018), Gomez (2012), Briones (2002), Chibeni (1997), que sistematizam a Epistemologia e as correntes filosófica como bases da construção do conhecimento e que destaca, portanto, suas respectivas influências.

Palavras-chave: epistemologia, filosofia, realismo, empirismo, conhecimento

Resumen

El gran saber, la Epistemología es la “teoría del saber”. Por lo tanto, contribuye directamente a la construcción del conocimiento. Es sumamente importante comprender qué es la Epistemología, incluso antes de buscar cualquier tipo de conocimiento. También es importante conocer la relevancia de la Filosofía como área de conocimiento, ya que nos encamina a diversos campos del saber y su construcción. Como rama de la Epistemología, las corrientes filosóficas sirven de base para la construcción del conocimiento, el cual ha ido mejorando y evolucionando a lo largo de la Historia. Entre ellos se pueden destacar el Realismo y el Empirismo. El objetivo de este artículo es comprender la relevancia de las corrientes mencionadas para la construcción del conocimiento. Para la elaboración de este se utilizó como marco metodológico una investigación bibliográfica cualitativa de forma descriptiva. En cuanto a la recolección de información, se implementó a partir del análisis de conceptos e ideas de teóricos emblemáticos como Tesser (1995), Chauí (2000), Almeida (2018), Gómez (2012), Briones (2002), Chibeni (1997), que sistematiza la Epistemología y las corrientes filosóficas como bases para la construcción del conocimiento y que, por tanto, destaca sus respectivas influencias.

Palabras clave: epistemología, filosofía, realismo, empirismo, conocimiento

Abstract

The great knowledge, Epistemology is the “theory of knowledge”. Therefore, it directly contributes to building knowledge. Therefore, it is extremely important to understand what Epistemology is, even before seeking any kind of knowledge. Knowing about the relevance of Philosophy as an area of knowledge is also important, as it directs us to various fields of knowledge and their edification. As for the methodology, a qualitative approach and technical bibliographic procedure were used. As a branch of Epistemology, philosophical currents serve as a basis for the construction of knowledge, which has been improving and evolving throughout History. Among them, Realism and Empiricism can be highlighted. The objective of this article is to understand the relevance of the aforementioned currents for the construction of knowledge. For the elaboration of this, a qualitative bibliographical research was used as a methodological framework in a descriptive way. With regard to the collection of information, it was implemented based on the analysis of concepts and ideas of emblematic theorists such as Tesser (1995), Chauí (2000), Almeida (2018), Gomez (2012), Briones (2002), Chibeni (1997), which systematize Epistemology and

Keywords: epistemology, philosophy, realism, empiricism, knowledge

Ñemombykypyre

Pe mba'ekuaa tuichavéva, Epistemología ha'e "teoría de conocimiento". Upévare, oipytyvõ directamente mba'ekuaa ñemopu'ãme. Tuichiterei mba'e ñantende mba'épa pe Epistemología, jaheka mboyve jepe oimeraëichagua mba'ekuaa. Awei tuicha mba'e jaikuua mba'échapa oñemomba'e Filosofía peteñ mba'ekuaarã ramo, ñandegueraha rupi opaichagua mba'ekuaarã ha iñemopu'ãme. Epistemología vore ramo, umi corriente filosófica oservi base ramo mba'ekuaa ñemopu'ãrã, oñemyatyrõ ha oñemoambuéva tembiasakue pukukue javeve. Umíva apytépe ikatu ñamomba'eguasu Realismo ha Empirismo. Ko artículo hembipotápe oî oikuua haguã mba'échapa oî relevancia umi corriente oñeñe'ëva'ekue mba'ekuaa ñemopu'ãrã. Oñeelabora haguã ko mba'e, ojeporu investigación bibliográfica cualitativa de manera descriptiva marco metodológico ramo. Marandu ñembaty rehigua, oñemboguata ojehechávo umi teórico emblemático temiandu ha temiandu ha eháicha Tesser (1995), Chauí (2000), Almeida (2018), Gómez (2012), Briones (2002), Chibeni (1997), osistematizava Epistemología ha corriente filosófica base ramo mba'ekuaa ñemopu'ã ha, upévare, omomba'eguasúva influencia orekóva.

Mba'e mba'erehepa oñeñe'ë: epistemología, filosofía, realismo, empirismo, mba'ekuaa

Fecha de recepción: 24/01/2023

Fecha de aprobación: 24/03/2023

Epistemologia: a relevância do realismo e do empirismo

Esta temática, desperta interesse a partir da relevância em que se observa a Epistemologia, pois a mesma se torna, fundamental para o processo de construção do conhecimento, e, portanto, da evolução humana como ser social. Sendo que, a Filosofia vem aguçando há muito tempo ao homem a pensar, nos traz as correntes filosóficas, especialmente falando de Realismo e Empirismo, com as vertentes da realidade (propriamente dita) e da experiência em si, os quais nos auxiliam, mais ainda, para com o processo de evolução do homem social, detentor do conhecimento.

A partir de então, surge a problemática: Qual a relevância do Realismo e do Empirismo, como correntes filosóficas da Epistemologia, para a construção do conhecimento? Para chegar em um denominador, este artigo tem como objetivo investigar de que maneira a Epistemologia colabora para a construção do conhecimento. E ainda foi estabelecido como objetivos específicos: analisar o valor da Filosofia como contribuinte para a construção do saber; e analisar a relevância do Realismo, assim como do Empirismo, como correntes filosóficas, para a edificação do conhecimento humano.

Para a melhor compreensão desta temática, algumas apreciações foram abordadas como as de Popper e Tesser (1995), Chauí (2000), Almeida (2018) Chibeni (1997), dentre outros. Segundo Chibeni (1997), o Realismo e o Empirismo possuem uma relação direta e ao mesmo tempo antagônica, pois os mesmos se complementam, ao passo que são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento. Porém, o autor destaca que, diante das perspectivas do realismo, o conhecimento independe da experiência, já o empirismo alude que a experiência é obrigatória para a obtenção do saber. Logo, uma complementa a outra, diante das premissas da construção do conhecimento.

Destaca-se que, este artigo possui como metodologia a abordagem qualitativa e o procedimento técnico bibliográfico. O mesmo se classifica como natureza básica; com objetivos descritivos e utilizando o tratamento de dados subjetivos pela análise de conteúdo.

A escolha desta temática, se justifica pelo intuito de compreender o contexto teórico que norteia a Epistemologia, a partir das premissas e relevâncias das influências do Realismo e do Empirismo no que se refere ao processo de construção do conhecimento do homem para que, então, possa colaborar com o processo de produção acadêmica e construção do saber.

Conceituação e relevância da epistemologia

Embasado nas conceituações do teórico Karl Popper, Tesser (1995) diz que, a Epistemologia reconstrói de maneira sistemática o conhecimento científico, sendo que este conhecimento jamais será definitivo, será sempre provisório, pois o conhecimento está sempre em edificação nos mais distintos campos do saber.

Tesser (1995), baseado em Mario Bunge, sustenta também a ideia de que a epistemologia na sua utilidade, se ocupa de problemáticas filosóficas demonstradas nas investigações científicas ou nos reflexos dos problemas, métodos e teorias da ciência. Propõe soluções objetivas e sistemáticas para tais problemáticas, sendo capaz inclusive de criticar programas e resultados errados. E, portanto, conseguir novas hipóteses de resolução do referido problema.

Spoehr (2008), embasada em Cotrim (2002), afirma que a ciência possui como objetivo primordial propiciar ao ser humano maneiras com as quais ele possa compreender a natureza e tudo que nela consiste, para que assim, o mundo se torne algo comprehensível. A autora destaca, porém, que nem todos os filósofos concordam com esta concepção, pois muitos afirmam que não existe processo natural ou pacífico quanto ao estudo da natureza. Haja vista que este desenvolvimento do conhecimento se dá, na maioria das vezes, através da relação de poder, aonde a insaciável sede de conhecimento, incutida ao homem, passa a transformar não somente o homem em si, mas toda uma conjuntura social, que inclui também os valores humanos. Assim sendo, autora levanta o questionamento da relevância da epistemologia quanto ao questionamento a cerca dessa ambiguidade da ciência referentes às possibilidades, anseios, fatores negativos e positivos da mesma. Logo,

A ciência caracteriza-se por atingir conhecimentos precisos, lógicos e abrangentes. Estudando a história da ciência, temos noção das inúmeras teorias científicas que por algum tempo tornaram-se válidas e num dado momento foram refutadas, substituídas, ou até mesmo modificadas por outras teorias. Portanto, a história nos conta que os conhecimentos científicos são questionáveis, ou seja, não são eternos e infalíveis. Apesar disso, a ciência cumpre seu papel de fornecer explicações confiáveis e com boa fundamentação para inúmeros fenômenos. (Spoehr, 2008.p. 43).

Destarte, a ciência como premissa epistemológica, encontra-se em constante processo de evolução, de acordo com as premissas e perspectivas humanas, contextos, temporais, sociais, culturais.

Segundo Serva, Dias e Alperstedt (2010), O desenvolvimento das organizações em sua teoria ortodoxa se deu, principalmente, através de

metáforas embutidas no paradigma funcionalista e suas conjecturas, os quais tiveram suas teorias fundamentadas, porém pouco questionadas, pelo menos até os anos de 1980. O autor afirma ainda que, no que tange ao paradigma funcionalista, as abordagens realizadas por seus respectivos teóricos estão relacionadas ao seu objeto, diante de uma perspectiva baseada em hipóteses nunca debatidos, sendo que, quando essas hipóteses são constantemente reforçadas por outros teóricos, passam a ser assumidas como singular e irrefutável, perspectiva ortodoxa.

Serva, Dias e Alperstedt (2010), afirmam ainda que, Thomas Kuhn (1987), nos remete ao conceito de que o paradigma é primordial entre as discussões teóricas dos principais teóricos que debatem sobre tal questão, já que afirma que uma determinada sociedade científica, com todo seu aparato de investigação científica, precisa destes paradigmas para seu desenvolvimento e pesquisa. Logo, quem compartilha das mesmas perspectivas epistemológicas, referente a tais teóricos, acabaram submetidos a um processo de “unificação” de educação e iniciação profissional, pois introduzem, teoricamente falando, as mesmas literaturas e conclusões científicas. Assim sendo, os autores destacam a enorme relevância das perspectivas teóricas de Kuhn (1987), pois a mesma ressalta a importância de levar em consideração novas teorias, ideias e premissas científicas, quando questiona o enfoque tradicional, pois demonstra que a constante evolução e desenvolvimento da ciência se faz necessária para o crescimento, não somente da comunidade científica, mas de toda a sociedade de uma maneira geral, pois avanços sociais estão diretamente ligados e atrelados ao desenvolvimento científico.

Diante de tais premissas, destaca-se a importância da conceituação de paradigmas como essenciais para a explicação da disparidade entre o paradigma funcionalista e do próprio paradigma da complexidade. Pois,

Complexidade, paradigma da complexidade, teoria da complexidade, paradigma emergente, ciência nova ou nova aliança são termos que vêm sendo lidos, ouvidos, defendidos, criticados e reconhecidos por muitos pesquisadores, e, em alguns casos, com carência de fundamentação de seus princípios e pressupostos. Na interação com pesquisadores experientes e conhecedores do tema e também com iniciantes que já se lançam à pesquisa fazendo uso dessa teoria, foi possível concluir dois aspectos: a) ao falar desse paradigma, surgem dúvidas, confusões e até certa inibição, pelo risco da sua aplicação inconsistente; e b) a noção incipiente das possibilidades do seu uso em pesquisa social não tem sido freio para a geração de grupos de pesquisas, cujos projetos têm a perspectiva de se utilizarem do seu sistema de ideias, seja enquanto teoria, paradigma ou simples atitude (Serva, Dias e Alperstedt, 2010. P.2).

Logo, vale ressaltar a extrema importância da reflexão sobre possíveis relações entre a epistemologia tradicionalista e a epistemologia de complexidade para a melhor compreensão quanto a conceituação epistemológica, relacionadas a construção do saber.

A relevância da filosofia para o campo do saber

A filosofia possui extrema relevância para a construção do conhecimento. Segundo Souza (2010), é extremamente importante levar em consideração o contexto histórico que dá origem ao pragmatismo, pois existe uma contextualização histórica, social, étnica, cultural que admitiu o nascimento da escola filosófica. O autor afirma ainda que se deve destacar a origem do pragmatismo no final do século XIX nos Estados Unidos, no contexto de pós-guerra civil americana, onde se verificou o desenvolvimento e a consolidação do processo de industrialização e do próprio capitalismo industrial.

Para Souza (2010), entender melhor esse contexto histórico da epistemologia é relevante perceber a relação entre Inglaterra e os Estados Unidos da América, no que tange ao fato de que as Treze Colônias da América do Norte seriam consideradas a “Nova Inglaterra”. Destacando ainda que a Inglaterra seria o berço do empirismo com teóricos como Francis Bacon, John Locke e Thomas Hobbes, e que, quando os ingleses, embasados no empirismo, passaram a ocupar as Treze Colônias, levaram as ideias filosóficas, com a nova conjectura vivenciadas por eles, sendo elas, social, cultural, religioso, dentre outros, considerando, portanto, um “empirismo reformado”. Haja vista que, se considerando o pragmatismo, esse novo empirismo é a extensão de um processo colonizador em que os Estados Unidos da América sofreram, pois

Considerando a relação existente entre empirismo inglês e pragmatismo norteamericano, podemos encontrar, de certo modo, as origens epistemológicas da filosofia de Peirce, James e de Dewey. Apesar disso, não devemos incorrer na tentação de uma análise muito simples da realidade. Embora Bacon seja considerado o “profeta” de uma concepção pragmática de conhecimento, os pragmatistas endereçam ao filósofo inglês inúmeras críticas (SOUZA, 2010. p. 2).

Diante de tais perspectivas, se faz necessário entender, minimamente, as concepções básicas da Filosofia. Segundo a filósofa Chauí (2000) sobre as premissas e importância da Filosofia para a construção do conhecimento científico, destaca que:

Platão definia a Filosofia como um saber verdadeiro que deve ser usado em benefício dos seres humanos. Descartes dizia que a Filosofia é o estudo da sabedoria, conhecimento perfeito de todas as coisas que os humanos podem alcançar para o uso da vida, a conservação da saúde e a invenção das técnicas e das artes. Kant afirmou que a Filosofia é o conhecimento que a razão adquire de

si mesma para saber o que pode conhecer e o que pode fazer, tendo como finalidade a felicidade humana. Marx declarou que a Filosofia havia passado muito tempo apenas contemplando o mundo e que se tratava, agora, de conhecê-lo para transformá-lo, transformação que traria justiça, abundância e felicidade para todos. Merleau-Ponty escreveu que a Filosofia é um despertar para ver e mudar nosso mundo. Espinosa afirmou que a Filosofia é um caminho árduo e difícil, mas que pode ser percorrido por todos, se desejarem a liberdade e a felicidade (Chauí, 2009, p. 19).

Portanto, pode-se observar que a edificação da Filosofia e suas respectivas correntes asseguram um emaranhado de contribuições para a construção do conhecimento.

Destarte, a epistemologia vem contribuir para que a conjuntura de teoria e prática possa ser sistematizada e otimizada para que o docente possa utilizar-se da ciência e da reflexão para a resolução dos problemas em questão (na sala de aula).

Segundo Almeida (2018), a gênese da termologia da palavra “Filosofia” foi atribuída à Pitágoras, o qual era “amante da sabedoria”, pois segundo ele, mesmo que afirmasse que não sabia de tudo, sempre buscava o máximo de conhecimento que fosse possível. Nesse sentido,

A Filosofia se situa em um patamar mais além, não que seja ela superior aos outros tipos de conhecimento, porém, possui, em suas especificidades, atribuições e diferenciações que a torna conhecimento do conhecimento, a busca constante pelo questionar e pela sabedoria. [...] Percebemos que a Filosofia se constitui sim um caminho árduo e difícil, porém, os resultados obtidos nessa caminhada são extremamente proveitosos e necessários para o homem. A Filosofia tem em si a capacidade de fomentar e aprimorar o trabalho do pensar, do refletir, do raciocinar e, desse modo, desenvolve nos sujeitos o senso crítico tão necessário para se viver em sociedade. (ALMEIDA, 2018, p. 19).

Deste modo, observa-se a importância da Filosofia como o “conhecimento” do “conhecimento”, pois instiga ao homem ao questionamento, ao pensar, ao tentar buscar respostas para algo, mesmo que de maneira não científica.

O realismo e o empirismo como bases filosóficas para a construção do conhecimento científico

No que tange à Filosofia, identifica-se algumas correntes filosóficas que vão abranger e otimizar a Epistemologia. Dentre elas, destaca-se aqui, o Realismo e o Empirismo. Essas 2 correntes dão origem ao conhecimento e são essenciais para a edificação do conhecimento epistemológico.

Segundo Gomez (2012), o Realismo surge na França a partir das premissas de René Descartes no século XVIII com a intenção de sistematizar o conhecimento a partir da razão. Dentro do Realismo, Gomez (2012), destaca características fundamentais para esta corrente como: O sentido Histórico e Psicológico, o qual é um realismo ingênuo, pois não é influenciado por nenhuma reflexão crítica acerca do conhecimento, aonde as coisas são exatamente iguais, elas são percebidas , por isso possuem qualidades Objetivas; o Realismo Natural, o qual já não é ingênuo, pois, está influenciado por reflexões críticas à respeito do problema do conhecimento, sendo que o conteúdo não é identificado pela percepção do objeto, de outra forma que discrimina um do outro. E o Realismo Crítico que se utiliza da crítica do conhecimento, embasando-se na probabilidade (hipótese), ressaltando que ele é um estudo que chega a uma conclusão, a qual é fruto de uma experimentação, entretanto não é uma verdade absoluta. Contudo, os realistas acabam se excedendo quando afirmam que a razão deve se sobrepor à experimentação (experiencia).

Outra corrente filosófica que dá vazão à construção do conhecimento é o Empirismo, o qual é pautado, segundo Gomez (2012), na experiencia sensorial. O autor afirma ainda, que esta corrente segue duas posturas básicas dentro do indivíduo, sendo elas:

"la materialista que considera a la experiencia como el resultado de la acción de los objetos y fenómenos del mundo exterior sobre los órganos de los sentidos del hombre. El empirista idealista considera que la experiencia tiene carácter puramente subjetivo, pues, a su entender, el hombre, en su experiencia, no va más allá de sus mundo interior"⁵³ Así pues, en materia de filosofía, el empirismo como ya se dijo es una teoría del conocimiento, la cual pondrá el papel de la experiencia sobre todo la sensorial, en la formación de ideas. Este conocimiento se basa en la experiencia para validarse como tal y aflora del mundo sensible para formar los conceptos; afirmando que: "lo que uno ha experimentado, lo ha experimentado" (Zamudio Gomez, 2012. p.118).

Assim sendo, o empirismo materialista advém do campo material, de maneira objetiva dos fatos, e o empirismo idealista fundamenta-se no campo das ideias, já que a experiencia é meramente subjetiva. Então a experiência vem, seja ela objetiva ou subjetiva, para quem já experimentou algo.

Ainda sob às perspectivas de Gomez (2012), tem-se que Jhon Loock foi o primeiro estudioso à formular o empirismo, descrevendo que a mente do homem nasce com ele, de maneira que está em branco, sem nada. Mas, que com o desenvolver da vida, com as experiências, esse conhecimento passa a se desenvolver (juntamente com o desenvolvimento deste homem).

Segundo Briones (2002), para empirismo todo conhecimento tem como base a experiência, pois o homem só pode construir conhecimento a partir de suas vivências. Assim sendo, o autor destaca que existem 3 tipos de empirismo:

1. el psicológico, para el cual el conocimiento se origina totalmente en la experiencia;
2. el empirismo gnoseológico que sostiene que la validez de todo conocimiento tiene su base en la experiencia; y
3. el empirismo metafísico según el cual no hay otra realidad que aquella que proviene de la experiencia y, en particular, de la experiencia sensible (Briones, 2002. p.24).

Portanto, essas três vertentes do empirismo trazem suas especificidades, as quais tem suas bases de conhecimento embasadas e baseadas na experiência.

Chibeni (1997), fala que o Realismo e o Empirismo possuem uma relação antagônica, porém que se complementa para a construção do conhecimento científico, pois para o realismo o conhecimento independe da experiência, já para o empirismo a experiência é necessária para se obter o conhecimento e é muito mais importante do que as concepções teóricas. Assim sendo, o autor afirma que:

Aparentemente chegamos aqui a um ponto terminal da argumentação racional Os realistas reconhecem os princípios super-empíricos como instrumentos epistêmicos, enquanto que van Fraassen e outros anurealistas admitem apenas o seu papel pragmático, todos com o propósito exclusivo de manter suas posições [...] Diante disso, parece lícito concluir, até prova em contrário, que mesmo van Fraassen tem de fazer uso epistêmico do poder explicativo e outras "virtudes" que ele pretende meramente pragmáticas, colando assim, ele também, seu acalentado credo empírista. (Chibeni, 1997. p. 8),

Destarte, observa-se as dicotomias que o realismo e o empirismo possuem no que se refere à produção do conhecimento. Entretanto, se observa que as duas correntes filosóficas, podem ter relações dialéticas. Já que, entender a realidade como ela é, é de suma importância. Assim como entender o papel da experiência é fundamental para a construção do conhecimento científico.

Considerações Finais

As correntes filosóficas servem de base para a construção do conhecimento científico, as quais vêm se adaptando e se complementando ao longo da História da humanidade e, portanto, dando vazão à Epistemologia.

Diante das discussões, aqui apresentadas, identifica-se a relevância da Epistemologia para a construção do conhecimento. Tanto que em sua etimologia,

a Epistemologia significa “teoria racional”. Por isso, se faz extremamente importante entender a Epistemologia, antes de se estudar qualquer tipo de ciência, pois a partir do conhecimento epistemológico é que se pode sistematizar os estudos científicos de qualquer natureza, pois a Epistemologia vem ser uma análise crítica do conhecimento. Assim sendo, se percebe a Epistemologia como uma vertente científica que serve de base para a edificação do conhecimento, o qual está sempre em um processo de evolução.

Compreende-se, portanto, que a Epistemologia detém suas problemáticas filosóficas evidenciadas nas investigações científicas ou nos espelhos dos problemas. Quanto as premissas da Filosofia como base para a edificação do conhecimento, percebe-se que a mesma possui na otimização da Filosofia e suas respectivas correntes filosóficas, um emaranhado de contribuições para a construção do conhecimento, as quais levam o homem ao questionamento, aguçando nele à perspicácia de buscar cada vez mais o conhecimento.

No que tange às correntes filosóficas, destaca-se neste artigo o Realismo e o Empirismo como bases fundamentais para a origem do conhecimento. Apesar de antagônicas concepções, essas duas vertentes nos fazem refletir sobre a complementariedade que as correntes filosóficas trazem para a humanidade em busca do conhecimento científico.

Entende-se ainda que o Realismo vem abordar a ideia das concepções reais da sociedade, sem que para isso utilize da experiência para construir um determinado conhecimento, pois esta corrente filosófica vem ser, de fato, um estudo que chega à determinada conclusão, entretanto não possui uma verdade absoluta, pois a realidade dos fatos pode mudar de acordo com a sociedade, com tempo, com a cultura, através de novos estudos. Enquanto que o Empirismo, persiste que todo conhecimento tem como base a experiência, pois o homem só pode construir conhecimento a partir de suas vivências.

Assim sendo, comprehende-se que, é partir da relação epistemológica (mesmo que antagônicas) das correntes filosóficas, Realismo e Empirismo, que se pode constatar a importância das mesmas, para o processo de construção do saber científico, o qual leva a humanidade à otimização da sociedade através da ciência. Portanto, precisa-se entender que a realidade como ela é (sem romantismos ou ilusões) somada com a comprovação dos fatos a partir da experiência, são fundamentais para o processo de construção do conhecimento científico, através de uma dialética de ideias e conceituações.

Referências

- Almeida, Valquíria. (2018). As Relações Entre A Filosofia, A Prática Educativa E A Utilidade Do Conhecimento Filosófico. UESB. Vitória Da Conquista.
- Barnabé, Israel. Hobbes E A Teoria Clássica Das Relações Internacionais. PROMETEUS. 2014.
- Briones, Guillermo. (2002). Epistemología De Las Ciencias Sociales. Programa De Especialización Em Teoria, Métodos Y Tecnicas De investigacion social.
- Bunge, Mário. (1957). La Ciencia. Su Metodo I Su Filosofia.
- Bunge, Mário. (1980). Epistemología. Queiroz Editor. São Paulo.
- Burtt, E.A. (1991). As Bases Metafísicas Da Ciência Moderna. Ed. Universidade De Brasília. Brasília.
- Chauí, Marilena. (2000). Convite À Filosofia. Ed. Ática. São Paulo.
- Chibeni, Silvio. (1997). Realismo Científico Empirista. Ed. UFSC. Santa Catarina.
- Gomez, Jose. (2012). Epistemología Y Educacion. Red Tercer Milenio S.C.
- Japiassu, Hilton. (1988). Introdução Ao Pensamento Epistemológico. Ed. Francisco Alves. Rio De Janeiro.
- Meneghetti, Renata. O Realismo E O Idealismo: Focalizando Conhecimento Matemático. Filosofía E Historia Da Ciencia No Cone Sul Campinas:AFHIC, 2004.
- Serva, Maurício; dias, Taisa; alperstedt, Graziela. (2010). Paradigma Da Complexidade E Teoria Das Organizações: Uma Reflexão Epistemológica. Ed. ERA. São Paulo.
- Silva, Paulo. Copernicanismo, Autonomía Científica E Autoridade Religiosa Em Marin Mersenne. SCIENTLE Studia, 2004.
- Souza, Rodrigo. (2010). A Filosofia De John Dewey E A Epistemología Pragmatista. Revista Descrições. Maringá-PR.
- Spohr, Carla. (2008). O Tema Da Supercondutividade No Nível Médio: Desenvolvimento De Material Hipermídia Fundamentado Em Epistemologias Contemporâneas. UFRS- Porto Alegre.
- Piaget, Jean. (1992). A Epistemología Genética. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Rabuske, Edvino. (1987). Epistemología Das Ciências Humanas. Ed. EDUCS. Duque De Caxias.
- Tesser, Gelson. (1995). Principais Linhas Epistemológicas Contemporâneas, Ed Da Universidade Federal Do Paraná (UFPR) –Educar

Eurocentrismo y descolonización epistémica: Hacia el paradigma filosófico de la Liberación

Eurocentrism and epistemic decolonization:
Towards the philosophical paradigm of Liberation

Europapoguykatu, ijeheguikatu kuaakatureko
oraháva sāso arandupykuaaty haicha

Cristian Andino

Universidad Católica Nra. Sra. de la Asunción

Nota del autor

Facultad de Filosofía. Centro de Investigaciones en Filosofía y Ciencias Humanas (CIF).
andinocrisdav@gmail.com

Resumen

Los análisis epistemológicos suponen la revisión de los procesos de producción de conocimientos científicos. Un recorrido por las condiciones materiales, histórico-sociales, políticas, ideológicas e incluso personales que propician u obstaculizan su producción, sistematización y difusión. En esta línea, el presente artículo presenta un sucente recorrido en torno a la instauración de la crítica al eurocentrismo y la propuesta epistemológica del giro descolonizador como paradigma filosófico de la liberación en América Latina. Este paradigma se propone la elaboración de nuevas categorías y conceptos para pensar la necesaria transformación de la propia filosofía y nuestra actual forma de vida en armonía con la naturaleza.

Palabras clave: eurocentrismo, descolonización, trasmodernidad, liberación

Abstract

Epistemological analyzes involve reviewing the production processes of scientific knowledge. A journey through the material, historical-social, political, ideological and even personal conditions that favor or hinder its production, systematization and dissemination. In this line, this article presents a succinct overview of the establishment of the critique of Eurocentrism and the epistemological proposal of the decolonizing turn as a philosophical paradigm of liberation in Latin America.

America. This paradigm proposes the elaboration of new categories and concepts to think about the necessary transformation of our own philosophy and our current way of life in harmony with nature.

Keywords: eurocentrism- decolonization- trasmodernity-liberation

Ñemombykypyre

Umi hesa'ŷijo hekoitépe rehe o jepykua'ŷre ko techapyrāramo oikuave'ë tembiapo oñemohendávo oñetemimo'âvo ha añañamindu'úvo pe tekotevéva oñemoambue, jehecha , avei ñanderekopé ñahunga'ŷre gueru hina pe ñemoambue umi tembiapo tembikuaaguigua teetérehe pe jesareko jejapóvo mba'etépa ojeguereko kóvare tekoaty, ojoaty te'yity ha temimo'âguiguáva avei pe ñandeháicha omoapañuai terã omboseyryrporã va'erã apokatu iñemoambuereko ha ñemopherakuâ ko haipýpe tembiapo ha'e hina peteí ñemañambyky pe oñembohetéva hina rehe itekome'ê kuaa katúva oñembo Europa rekore ha ñeikuave'ë tekotevéhápe sâso gotyo hechapyrarämo Americalatina ñande jeikopy.

Mba'e mba'erehepa oñeñe'ë: Europapoguykatu , ijeheguikatu tekopyahu sâso

Fecha de recepción: 16/08/22

Fecha de aprobación: 25/04/23

Introducción

En una distendida entrevista disponible en la web, el filósofo mexicano Mario Magallón, uno de los principales discípulos de Leopoldo Zea, cuenta una anécdota interesante acerca del modo en que se formó el espíritu latinoamericanista de su maestro.

Cuando en la década del 40, el filósofo español José Gaos –trasterrado en México como a él mismo le gustaba decir– tras haber leído un trabajo de Zea sobre los sofistas, le habría consultado sobre su tema de tesis. El joven estudiante habría contestado: quiero trabajar filosofía griega; a lo que el maestro Gaos le habría increpado con delicadeza, más o menos en estos términos: No dudo que usted pueda hacer una tesis interesante sobre los griegos, pero, ¿Conoce usted griego? Además, ¿Sabe que, en Alemania, Inglaterra, España y en muchas partes del mundo existen muy buenos trabajos sobre los griegos? ¿Por qué mejor usted no estudia el positivismo en México?" (Magallón, 2006).

Esta anécdota que a muchos parecerá intrascendente, ha calado hondo en muchos pensadores y filósofos a lo largo y ancho de América Latina y los ha llevado al cuestionamiento sobre el sentido y el significado de la propia actividad filosófica. Corresponde entonces preguntarse, ¿cuál o cuáles han sido los paradigmas dominantes en la actividad filosófica en esta parte del mundo? ¿Cómo ha sido su evolución? ¿Qué filosofía se necesita hoy en América latina y el Paraguay? ¿Cómo se justifica un filosofar? O más precisamente ¿Por qué filosofar?

Uno de los autores que ha sintetizado de modo brillante una respuesta a estos interrogantes ha sido el filósofo argentino-mexicano Horacio Cerutti, quien en su obra *Filosofar desde Nuestra América. Ensayo problematizador de su modus operandi* (2000) plantea una síntesis de lo que implica filosofar hoy en América Latina. Para el autor, hacer filosofía desde nuestra América supone "pensar la realidad a partir de la propia historia crítica y creativamente para transformarla". (p. 12).

Cerutti dedica un capítulo de su obra a desentrañar las implicancias de cada uno de los componentes de la tesis anterior. Así, pensar la realidad exige, en primer lugar, sobreponer una serie de obstáculos para el acceso a lo real que, bien pueden considerarse como epistémicos, en la pretensión de un ejercicio descolonizado del filosofar y es, en ese sentido que la radicalidad de discurso filosófico, se fundamenta hoy en América Latina, en la exigencia de pensar la realidad de un modo crítico y en el planteamiento de soluciones que garanticen la permanencia en la vida de millones de excluidos, hoy condenados a la miseria y la indefensión.

¿Por qué filosofar? Hacia otra historia de la filosofía

A partir de los años 60 –en épocas de reformas, del mayo francés del 68, del Cordobazo del 69 en Argentina, de conmociones sociales en contextos de dictaduras militares en toda América Latina, producto de la guerra fría– en diversos centros de estudios filosóficos, algunos pensadores lanzaron con insistencia la pregunta sobre la existencia o la posibilidad de una filosofía latinoamericana.

Fue paradigmática la conocida confrontación entre el peruano Augusto Salazar Bondy, con su libro *¿Existe una filosofía de nuestra América?* (1968) y la respuesta del maestro mexicano Leopoldo Zea en su obra *La filosofía americana como filosofía sin más* (1969).

Aún a contracorriente de la filosofía en boga por entonces, algunos filósofos (la mayoría recién llegados de Europa tras sus estudios doctorales), asumieron los avances de las ciencias sociales críticas en la *teoría de la dependencia* (Cardozo y Faletto, 1969), la *pedagogía de la liberación* del oprimido de Freire (1970) y la *Teología de la Liberación* del peruano Gustavo Gutiérrez (1969).

Lanzaron entonces la hipótesis de una *Filosofía para la Liberación* (1973) y la idea de historiar de modo crítico el pensamiento latinoamericano, en la búsqueda de una filosofía de “nuestros pueblos” que haga frente al embate de las ideas y el pensamiento europeo y norteamericano como única herramienta de pensamiento válido.

No obstante, la pregunta por la filosofía que se cultivaba en América Latina ya fue formulada con anterioridad. Desde la década del cuarenta del siglo XIX algunos pensadores como Juan Bautista Alberdi, reconocían la necesidad de fundar una filosofía latinoamericana con una conciencia política y social. (Alberdi, 1942).

Este filosofar, afirmaba Alberdi en la *Introducción a la confección del curso de Filosofía Contemporánea*, leído en el Colegio de Humanidades de Montevideo en 1842, debía partir del análisis político de nuestra realidad y apuntar a “civilizarnos, mejorarnos, perfeccionarnos, según nuestras necesidades y nuestros deseos. He aquí nuestros destinos nacionales que se resumen en esta fórmula: progreso”. (p. 8).

Por otra parte, explícitamente desde la década del 40 del siglo XX, tras la influencia inicial de José Gaos, aparecen intentos más decisivos de historiar el pensamiento latinoamericano o de pensar a “América en la historia”, tal el título de una conocida obra de Leopoldo Zea (1957).

Así, Zea, en México forma un grupo de investigación para escudriñar la “historia de las ideas” en este continente. De allí surge lo que el autor denominó una *“filosofía de la historia americana”* (1978), sin clara conciencia aún de si la expresión para referirse a esta parte del mundo debía ser América, Iberoamérica, Hispanoamérica, nuestra América, etc.

Por entonces, cobraba fuerza en el cono sur la idea de “normalidad” filosófica en la región, cualidad que Francisco Romero, pensador argentino de origen español, en su texto, *Sobre la filosofía en América* (1952) atribuye a los “fundadores” de la filosofía latinoamericana, y con el cual aludía a aquellos que, según él, empiezan a hacer filosofía académica o, “filosofía a la europea” dirán autores como Cerutti-Guldberg (1997).

Romero refiere que los fundadores de la filosofía latinoamericana son los de la generación del 900, aquellos en cuya “espiritualidad, la vocación filosófica ha llegado a adquirir conciencia de sí, y busca su expresión (...) en una amorosa vuelta al pasado” (p. 32). *En ese sentido*, el autor celebra la publicación de libros, manuales, revistas, organización de congresos, etc.

Por su parte, Cerutti (1997) considera que dicha “normalización” significó el “normal ejercicio del pensar europeizante entre nosotros” (p. 23). Con su crítica, Cerutti quiere significar que hasta esa época el único modelo a seguir era la academia europea y norteamericana y los intentos academicistas de hacer “Ciencia” con mayúsculas (Cerutti, 1997. pp. 21-35).

Con todo, la camada de los pensadores del 70, inician un movimiento que intenta cambiar las bases epistemológicas del discurso filosófico en América Latina. Para ello, como se indicó, coinciden con algunas categorías de análisis social que, por entonces, se estaban gestando en las Ciencias Sociales críticas en todo el continente. Tanto la teoría de la dependencia en la economía, la pedagogía y la teología de la liberación serán fuente de diálogo y confrontación permanente.

Por otra parte, el movimiento filosófico de la liberación, tuvo su gran auge primeramente en Argentina. Filosofar en clave de liberación significó, por entonces, un discurso cercano a las clases populares que se proponía partir desde el “otro”, que en América Latina eran los campesinos, indígenas, mujeres, etc., en una palabra, todos los excluidos del discurso oficial y necesitados de liberación.

El manifiesto fundacional de la filosofía de la liberación, escrito por el filósofo Enrique Dussel y publicado en el texto colectivo *Hacia una filosofía de la liberación latinoamericana* de 1973 afirmaba:

Un nuevo estilo de pensar filosófico ha nacido en América Latina. No se trata ya de un pensar que parte del ego, del yo conquisto, yo pienso o yo como

voluntad de poder europeo imperial. Es un pensar que parte del oprimido, del marginado, del pobre, desde los países dependientes de la Tierra presente. La filosofía de la modernidad europea constituyó como un objeto o un ente al indio, al africano, al asiático. La filosofía de la liberación pretende pensar desde la exterioridad del Otro, del que se sitúa más allá del sistema machista imperante, del sistema pedagógicamente dominador, del sistema políticamente opresor. Filosofía de la liberación entre nosotros es la única filosofía latinoamericana posible, que es lo mismo que decir que es la única filosofía posible entre nosotros. (Ardiles et. al. 1973, p. 281)

Sin embargo, en contraposición al pensamiento desarrollado con clara “conciencia latinoamericanista”, siempre existieron en América expresiones del filosofar europeo o norteamericano. Así se cultivaron y se cultivan hasta la actualidad, el existencialismo, el vitalismo, así como pensadores de la llamada post-modernidad o la hermenéutica y, fuertemente en la actualidad, la filosofía de la ciencia.

Pero el enfoque latinoamericanista ha ido evolucionando, y en dialogo con las filosofías cultivadas en otras partes del mundo, -por iniciativa de los filósofos latinoamericanos desde la década de los 90- se han iniciado diversos diálogos y debates norte-sur en los que se intentan contrastar los contextos que condicionan el pensar filosófico.

El giro descolonizador latinoamericano, ¿descolonizar la filosofía?

Cuando en 1989 el economista neomarxista egipcio Samir Amin, publica su obra *El eurocentrismo: crítica de una ideología*, llevaba ya unos años de circulación el libro *Orientalismo* de Edwud Said, de 1978. En esta obra, Said exponía críticamente las formas narrativas con que occidente dibujaba las diversas situaciones de los países orientales, empleando la técnica foucaultiana de la arqueología de los saberes (1970).

Ya para entonces los movimientos de “liberación nacional”, tanto en filosofía, en teología como en pedagogía se fueron amainando. Ya las dictaduras militares estaban cayendo en la mayoría de los países latinoamericanos, y en los albores de los 90 se había extendido la idea de un mundo postmoderno, desprendido ya de todo meta-relato (Lyotard, 1979) y donde el capitalismo global estaba más que floreciente. Más de un pensador asintió, entonces, la idea del “fin de la historia y del último hombre” como lo predijera Francis Fukuyama (1992).

En esa línea, llegaron los relatos postcoloniales y en los departamentos de humanidades de los centros académicos más importantes en América Latina, aparecen los estudios subalternos y cobra fuerza la “razón postcolonial”. Por

entonces se leán con insistencia y entusiasmo, a más de Edwad Said, las ideas de Gayatri Spivak y Omi Bhahba, ambos intelectuales indios. (Lander, 2000).

Spivac, entiende que la historia del imperialismo está marcada por lo que denomina “violencia epistémica” y siendo el occidental el que construye con sus relatos al “otro” colonizado, el objeto de su descripción siempre será una construcción del sujeto colonizador.

Castro Gómez señala al respecto que, en esta consideración, Spivac sigue a Derrida y su técnica “deconstructiva”, pues todo conocer supone someter, objetivar y reducir a las categorías del sujeto epistemológico, quien sin darse cuenta de este proceso “se auto proyecta en el ejercicio de describir el objeto de su reflexión”. (Castro Gómez, 1997, p. 180).

Por consiguiente, para Spivak parece imposible salir de la lógica del discurso imperial, pues según indica Castro Gómez (1997) “no existe un sujeto colonizado, que, interrumpiendo desde la exterioridad de las estructuras imperiales, pueda articular su voz a través de los discursos de la ciencia occidental. Quien pretende representar la conciencia popular en un discurso articulado según la epistemología del saber occidental, en realidad está trabajando con los mismos mecanismos utilizados desde siempre por el discurso colonial”. (p. 81.).

La propuesta del pensamiento poscolonial invitaba a asumir nuestra condición de “culturas Híbridas”, cuestión asumida y trabajada de modo emblemática en Latinoamérica por autores como Nestor García Canclini y su obra más conocida, *Culturas Híbridas* (1989).

Pero un sentimiento de insatisfacción intelectual, avizoraba aún en los intelectuales críticos de la región. La teoría de la dependencia no había muerto ni fracasado, Freire se reposicionaba con cuatro propuestas más de pedagogía crítica luego de la del *oprimido* (1970), a saber: la *pedagogía de la esperanza* (1992), de la *autonomía* (1996), de la *indignación* (2000) y de la *tolerancia* (2006).

La filosofía de la liberación planteaba nuevos problemas con la labor infatigable de uno sus principales exponentes como es el caso de Enrique Dussel y sus emblemáticas obras tales como *Ética de la liberación en la edad de la globalización y la exclusión* (1998) *Política de la liberación I. Historia mundial y crítica* (2007), *Política de la liberación II. Arquitectónica* (2009) en las que plantea una pretensión global de sus postulados liberacionistas en clave ética y política.

Por su parte, autores como Horacio Cerutti planteaba la pluralidad de enfoques y tendencias liberacionistas en su obra *Filosofías para la liberación. ¿Liberación del Filosofar?* (1997), mientras que el colombiano Santiago Castro Gómez ayudó a consolidar el paradigma liberacionista con su bien articulada *Critica de la razón latinoamericana* (1996).

Por otra parte, también desde los noventa, autores como el filósofo cubano Raúl Fornet Betancourt, planteaba una filosofía intercultural (2001), propiciando un dialogo mundial de las filosofías. Expresiones de ese “diálogo” fue el sostenido en los 90 entre la ética de la liberación de Dussel y la ética del discurso de Karl Otto-Apel. (2005).

Pero el tema del eurocentrismo en las Ciencias Sociales y en filosofía, fundamentalmente, era una cuestión difícil de romper. A mitad de los años 90, la preocupación no era, como en los 70, la originalidad ni autenticidad del filosofar nuestro-americano; sino la posibilidad efectiva de dar respuestas a una realidad que inquietaba y no dejaba de asombrar.

Como a los antiguos griegos asombraban las estrellas y los astros del cosmos, a los latinoamericanos asombraban y siguen asombrando las desigualdades extremas, el hambre y la pobreza en regiones que producen comida en un número exageradamente mayor a la de su población, pero en la que su gente muere de hambre.

Había que pensar aún la lógica de la instauración de la modernidad, ya que el proceso de autoafirmación del mundo occidental europeo empezó su expansión definitiva en el siglo XVI, un proceso que dará a conocerse como la instauración de la *modernidad*.

Este proyecto, en términos de Walter Mignolo -epistemólogo argentino- en su obra *Historias locales/diseños globales* (2003) mantiene una cara oculta: la *colonialidad*.

La tesis central que defiende Mignolo es que la *colonialidad* no es un estado de cosas que se opone a la modernidad y le precede, sino que forma parte integral de los mismos procesos de modernización.

Según el autor, la experiencia de la expansión y colonización europea es fundamental para entender la emergencia de las principales instituciones modernas entre los siglos XVI y XIX, a saber: el capitalismo, la ciencia, el arte y el Estado. (Mignola, 2003, p. 53-98).

Así, según Mignolo, todos los procesos de modernización en las periferias han sido mediados por la “lógica cultural” de las herencias coloniales. En América Latina, la modernidad se vio dada siempre a través de la *colonialidad*, situación que continua hasta hoy.

Es por eso que el autor y su grupo de investigación, suelen hacer una distinción categorial entre *colonialismo* y *colonialidad*. En su obra *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*, 2007, Mignolo escribe:

Colonialismo hace referencia a la ocupación militar y la anexión jurídica de un territorio y sus habitantes por parte de una fuerza imperial extranjera. «*Colonialidad*», en cambio, hace referencia a la «lógica cultural» del

colonialismo, es decir al tipo de herencias coloniales que persisten y se multiplican incluso una vez que el colonialismo ha finalizado. Se dice entonces que en América Latina el colonialismo finalizó en el siglo XIX (en África y Asia lo hizo apenas en el siglo XX) pero no la *colonialidad*, que persiste hasta el día de hoy (Mignolo, 2003, p. 33).

Clarificación epistémica del lugar del discurso

En un continente con innumerables crisis y problemas sociales, en donde la distribución de la riqueza es escandalosa, en países como los nuestros, donde soportamos cifras inhumanas como un 25,5 % de sub-nutridos y cerca de un millón de compatriotas viviendo en la extrema pobreza (PNUD, 2020) ¿acaso no podría ser una solución para el mundo una filosofía que piense los temas sociales y políticos y trate de dar respuestas universales para su erradicación?

Pensar los temas sociales implica, a su vez, pensar la estructura política en pos de generar criterios para la administración de los asuntos públicos por parte de los “profesionales” de la política.

Por otro lado, pensar la estructura política conlleva al mismo tiempo la consideración de las estructuras económicas y la distribución de las rentas, en la búsqueda de una conciencia crítica de que el sistema económico es la base para la construcción de una sociedad inclusiva y justa.

La filosofía en este contexto, no puede más que ser una filosofía práctica, pues ella es hija de su tiempo. Es decir, mientras no tengamos otra realidad, no se puede pretender una filosofía que piense el “pensamiento” desde una lógica científica y desde programas de investigación y paradigmas establecidos y definidos en los centros académicos imperiales, como único medio posible para alcanzar la verdad.

Una verdad que se expresa en lengua extranjera y que desprecia y cataloga de bárbara nuestras lenguas maternas. Antes bien, necesitamos pensar nuestra la realidad concreta y cotidiana. Su problematización y la búsqueda de alternativas de mejor vida para todos, es una de las tareas filosóficas más importantes en esta parte del mundo.

En esa preocupación es que nació, a partir de encuentros, congresos y jornadas el grupo *modernidad/colonialidad*. Aníbal Quijano, sociólogo peruano, lanza la idea de la *colonialidad del poder* (2014), y esta cuestión fue completada luego con nociones de la *colonialidad del saber y del ser*.

Si la filosofía ha tenido varios giros desde la Grecia clásica, desde el giro antropológico socrático, pasando por los paradigmáticos giros hermenéuticos o giros lingüísticos; el giro descolonizador puede significar una etapa más que importante para la humanización de la sociedad. Para descolonizar

definitivamente la filosofía más allá de todo eurocentrismo, habrá que empezar por redefinirla. ¿Es la filosofía un saber universal univoco?

Descolonizar la filosofía implica el reconocimiento de una tradición de pensamiento en América Latina, aún antes de la conquista. Implica el posicionamiento de “ponernos a nosotros mismos como valiosos” como afirmaba Arturo Andrés Roig (1981).

A su vez, significa asumir que la “universalidad” también supone una “situacionalidad” epistemológica y hermenéutica. El “diálogo intercultural”, solo será posible desde lo que Raúl Fornet-Betancourt entiende por “des-filosofar la filosofía” (2001), es decir; quitarla de su torre de marfil y de la univocidad académica.

Se dice filosofía de muchas maneras, y una de las primeras tareas filosóficas es reconocer y desenmascarar las diversas asimetrías materiales que dificultan el diálogo. Si el filósofo se niega a pensar estos temas y prefiere la “cientificidad” académica del pensar en abstracto y desde la univocidad de una razón monológica, esa filosofía debe ser negada por encubridora, excluyente y cómplice de una realidad que nos sobrepasa a diario y a la que no podemos cerrar los ojos. La primera responsabilidad filosófica es con la realidad, esa cruda y cruel que cotidianamente nos interpela.

Descolonizar el filosofar, implica, en suma, posicionarse desde las periferias urbanas y rurales, desde el eslabón más débil del sistema de mercado como lugar hermenéutico, existencial y epistemológico privilegiado. Implica asumir con radicalidad el planteamiento de soluciones que garanticen la permanencia en la vida de millones de excluidos que hoy se ven imposibilitados de desarrollar dignamente sus vidas. Allí se fundamenta la radicalidad de un discurso, en las opciones concretas que justifica o encubre.

Consideraciones finales

El imperativo ético que asume el paradigma filosófico de la liberación es la de partir desde la propia tradición de pensamiento e intentar pensar la realidad con cualquier herramienta teórica que nos sea posible.

En relación al pensamiento latinoamericano se ha dicho que “la tragedia de nuestras luchas es que no coinciden con nuestras ideologías. La rabia, el coraje, son de aquí, y las ideas son de allá. ¡Nosotros sólo ponemos la desesperación!” (Scorza, 1979).

De lo que se trata no es de contraponer “lo propio” a lo “foráneo” desde un posicionamiento maniqueo, sino de analizar críticamente las categorías filosóficas que mejor respondan a nuestra realidad. Por ello, una primera labor debe consistir en rescatar críticamente, lo mucho o lo poco que se ha pensado

en nuestro contexto, teniendo como punto de partida el pensamiento indígena. (Andino, 2019).

Un segundo momento implicará el posicionamiento crítico ante lo hallado, por resultar este valioso, medianamente útil o completamente inservible incluso. En suma, la labor de historización de las ideas filosóficas en la región, desde un paradigma liberacionista implica una doble misión, primero de investigación y promoción de la labor filosófica de nuestros pocos pensadores y, por otra parte, la necesidad de empezar a entrar en diálogo con la producción filosófica desarrollada en otros centros de investigación en Latinoamérica.

Este necesario paso supone plantear alternativas propias de pensamiento actual que puedan contribuir a la transformación social y, al mismo tiempo, a la promoción y la definitiva reivindicación de la validez, científicidad y utilidad de los saberes humanísticos y filosóficos.

Referencias

- Alberdi, J. B, (1948). Introducción a la confección del curso de Filosofía Contemporánea.
- Ardiles, et. al. (1973). Hacia una filosofía de la liberación latinoamericana. Buenos Aires: Bonum.
- Andino, C. (2019). Logos Guaraní. Apuntes de pensamiento ético-político paraguayo. Asunción: CEADUC.
- Amin, S. (1989). Eurocentrismo. Crítica de una ideología. México: Siglo XXI.
- Cardozo, F. y Faletto (1968). Dependencia y desarrollo en América Latina. México: Siglo XXI.
- Castro Gómez, S. (1996). Crítica de la razón latinoamericana. Bogotá: Ed. Javeriana.
- Castro Gómez, S. (1997). «Narrativas contramodernas y teorías poscoloniales. La propuesta hermenéutica de Walter Mignolo», *Praxis (Costa Rica)*, n.º 50, 379-402; 380.
- Cerutti, H. (1997). Filosofías para la liberación. ¿Liberación del Filosofar?
- Cerutti, H. (2000). Filosofar desde nuestra América. Ensayo problematizador de su modus operandi. México: UNAM-ccydel/Porrúa.
- Cerutti, H. (2015). Posibilitar otra vida trans-capitalista. México: Universidad del Cauca/UNAM.
- Dussel, E. (1998). Ética de la liberación en la edad de la globalización y la exclusión. Madrid: Trotta.
- Dussel, E. (2007). Política de la liberación I. Historia mundial y crítica. Madrid: Trotta, 2007.
- Dussel, E. (2009). Política de la liberación II. Arquitectónica. Madrid: Trotta, 2009.
- Freire, P. (1970). Pedagogía del oprimido. México: FCE.
- Dussel y Apel. (2005). Ética del discurso. Ética de la liberación. Madrid: Trotta.
- Fanon, F. (2007). Los condenados de la tierra. México: FCE.
- Foucault, M. (1970). Arqueología del saber. México: Siglo XXI.
- Fukuyama, F. (1992). El fin de la historia y del último hombre. Barcelona: Ed. Planeta.
- García Canclini, N. (1989). Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo.
- Gutirrez, G. (1969). Teología de la Liberación. Salamanca: Sigueme.
- Fornet-Betancourt, R. (2001). Transformación intercultural de la filosofía. Desclée de Brouwer, Bilbao.

- Lander, E. (ed.). (2000). *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires, CLACSO. Recuperado de: <http://es.scribd.com/doc/35745712/Lander-Edgardo-Comp-La-Colonial-Id-Ad-DelSaber-Eurocentrismo-y-Ciencia-Sociales-Perspectivas-La-Ti-No-American-As>
- Lyotard, J. (1979). *La condición postmoderna.* Madrid: Cátedra.
- Magallón, M. (2006). *José Gaos y el crepúsculo de la filosofía latinoamericana.* México: CIALC.
- Mignolo, W. (2003). *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.* Madrid: Ediciones Akal.
- Mignolo, W. (2007). *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial.* Barcelona: Gedisa.
- Quijano, A. (2014). *Cuestiones y Horizontes: Colonialidad/descolonialidad del poder.* Buenos Aires: CLACSO.
- Roig, A. (1981). *Teoría y crítica del pensamiento latinoamericano.* México: FCE.
- Romero, F. (1952). *Sobre la Filosofía en América.* Buenos Aires: Raigal.
- Salazar Bondy, A. (1968) *¿Existe una filosofía de nuestra América?* México: Siglo XXI.
- Said, E. (1978). *Orientalismo.* Madrid: debate.
- Scorza, M. (1979) *La tumba del relámpago.* México: Siglo XXI.
- Zea, L. (1957). *América en la historia.* México: FCE.
- Zea, L. (1969). *La filosofía latinoamericana como filosofía sin más.* México: Siglo XXI.
- Zea, L. (1979). *Filosofía de la historia latinoamericana.* México: FCE.

